

Entre o capitalismo de Estado e o Behemoth: o Instituto de Pesquisa Social e o fenômeno do fascismo

Gustavo J. T. Pedroso¹

Resumo: Segundo uma leitura bastante difundida, a Teoria Crítica desenvolvida no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt sofreu uma mudança fundamental no início dos anos 40, mudança esta que teve como um de seus principais catalisadores a interpretação do nazismo por Friedrich Pollock. O presente artigo questiona alguns aspectos desta leitura com base em textos de Horkheimer e Adorno, e procura apontar algumas outras possibilidades.

Palavras-chave: Teoria Crítica – nazismo – marxismo – capitalismo de Estado.

“Ao contrário, o conhecimento se dá numa rede
onde se entrelaçam prejuízos, intuições, inervações,
autocorreções, antecipações e exageros,
em poucas palavras, na experiência,
que é densa, fundada, mas de modo algum
transparente em todos os seus pontos”
(Adorno, *Minima moralia*)

Introdução

Tentativas de discussão conjunta de obras de diferentes autores ligados ao Instituto de Pesquisa Social defrontam-se em primeiro lugar com um problema óbvio: afinal de contas, o que poderia justificar,

¹ Doutor em Filosofia pela Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Ruy Fausto. E-mail: gtpedroso@gmail.com

neste caso, a abordagem conjunta? De fato, esta pergunta apareceu, de maneira mais ou menos direta, em vários trabalhos que procuraram adotar este tipo de enfoque, motivada pelas evidentes diferenças e discordâncias entre os membros do Instituto, as quais colocam perenemente a suspeita de que aproximações entre suas obras correm o risco de serem arbitrárias, abusivas, ou pelo menos um engodo induzido pela expressão “Escola de Frankfurt”², tardiamente cunhada nos EUA por pessoas externas ao Instituto. Sem contar ainda o fato de que é difícil até mesmo estabelecer com certeza que autores se poderia efetivamente englobar nesta expressão, razão pela qual optou-se muitas vezes por distinguir entre um “círculo interno” (Max Horkheimer, Friedrich Pollock, Theodor Adorno, Leo Löwenthal, Erich Fromm, Herbert Marcuse) e um “círculo externo” (Franz Neumann, Otto Kirchheimer, Arkady Gurland, Henryk Grossmann, Karl August Wittfogel).

Cabe porém reconhecer que, mesmo levando-se em conta estas questões, a abordagem conjunta não deixa de se justificar. E embora a este respeito Rolf Wiggershaus procure sustentar que, ainda que “em um sentido mais ou menos limitado”, na história do Instituto estavam presentes os sinais essenciais de uma escola³, a discussão de certos tópicos não exige que se apresente uma solução definitiva para este problema. É possível encontrar justificativas suficientes em um traço característico do procedimento de trabalho no interior do Instituto. Ocorre que, como registra um relatório interno sobre os dez primeiros anos de suas atividades no exílio americano, tinha sido uma prática padrão,

desde os tempos de Frankfurt, a realização de reuniões regulares para a discussão de vários problemas surgidos dos ramos particulares de investigação. Toda contribuição de

2 Susan Buck-Morss, por exemplo, insiste em que “a não-identidade entre as posições dos membros [do Instituto] era às vezes tão significativa quanto seus pressupostos comuns”. BUCK-MORSS, *The Origin of Negative Dialectics*, pp. xii.

3 Para Wiggershaus, seriam os seguintes: um quadro institucional (o próprio Instituto), um líder carismático (Horkheimer), um manifesto (o discurso inaugural de Horkheimer), um novo paradigma teórico (a Teoria Crítica) e uma revista própria (a *Zeitschrift für Sozialforschung*).

qualquer membro do *staff* teve, antes da publicação, a vantagem de freqüentes discussões e críticas por parte dos membros representando diferentes disciplinas⁴.

Seria talvez exagerado pensar a partir disso que “muitos artigos foram quase tanto produções coletivas quanto obras individuais”, como o faz Martin Jay. Mas em certos casos esta prática, decorrente do propósito materialista de um diagnóstico histórico que integrasse diferentes especialidades, teve conseqüências importantes para as obras individuais dos diferentes integrantes do Instituto.

Pode-se dizer que um momento privilegiado neste sentido foi o período dos trabalhos dedicados à interpretação do fascismo, durante o exílio americano. Com efeito, é em torno deste ponto mesmo que se cristalizaram algumas das principais obras produzidas no interior do Instituto. É discutindo este problema que Pollock leva seus estudos sobre a planificação econômica a seu pleno desdobramento, estruturando sua teoria do capitalismo de Estado. A obra mais famosa de Franz Neumann, *Behemoth*, é, como já diz seu subtítulo, uma tentativa de compreensão ampla da “estrutura e da prática no Nacional-Socialismo”. A elaboração da *Dialektik der Aufklärung* por Adorno e Horkheimer é comumente vista como uma reformulação da Teoria Crítica sob o impacto do nazismo. Marcuse apresenta seu *Razão e revolução* como uma reinterpretação da filosofia hegeliana colocada na ordem do dia pela emergência do fascismo. Otto Kirchheimer dedica vários de seus textos nesta época a análises das formas legais desenvolvidas pelo fascismo. Porém, mais que simples estudos paralelos, estes trabalhos foram vistos posteriormente pelos comentadores como essencialmente interligados, a ponto de muitas vezes as interpretações, leituras e estudos se apoiarem em suas relações mútuas.

4 Institute of Social Research. *Ten Years on Morningside Heights: a report on the Institute's history, 1934-1944*. Impressão privada, dezembro de 1944. Apud: KATZ, *The Criticism of Arms*.

Friedrich Pollock e o capitalismo de Estado

O ponto nodal é aqui, sem dúvida, “Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações” (*State Capitalism: Its Possibilities and Limitations*) ensaio de Pollock incluído no terceiro e último número da *Studies in Philosophy and Social Science*. Desenvolvendo idéias com que trabalhava desde o início dos anos 30, Pollock procura definir o capitalismo de Estado, nova ordem social que vê surgindo nesta época, cuja realização mais aproximada até então, aos seus olhos, era o regime nazista na Alemanha. A caracterização é feita inicialmente pelo contraste com a ordem em declínio, o capitalismo privado. As diferenças essenciais entre ambas seriam as seguintes: 1) a deposição do mercado de sua função de controle na coordenação da produção e distribuição, o que implica no “desaparecimento do mercado autônomo e das assim chamadas leis econômicas”⁵; 2) a transferência do controle para o Estado, que lança mão de dispositivos antigos e novos (inclusive um “pseudomercado”) na execução desta tarefa; e 3) na forma totalitária do capitalismo de Estado, o Estado é o instrumento de poder de um novo grupo dominante, formado pela fusão das burocracias estatal, empresarial e do partido vitorioso; enquanto que na forma democrática o Estado tem a mesma função de controle, mas é controlado pelo povo.

A principal consequência desta concepção era o deslocamento do foco teórico do âmbito da economia para o da política. Isto porque, no lugar da orientação dos processos sociais pelo sujeito automático, Pollock apresenta o capitalismo de Estado como caracterizado por um conjunto de processos orientados fundamentalmente pela ênfase na maior racionalidade e eficiência no aproveitamento dos recursos disponíveis⁶, por um lado, e pela busca do poder no interior dos aparelhos burocráticos estatal, empresarial e partidário, por outro. Portanto, se o novo sistema deve permitir uma superação dos impasses e riscos gerados no interior do capitalismo privado, a questão principal a ser enfren-

5 POLLOCK, *State Capitalism*, p. 73.

6 Cf. POLLOCK, *State Capitalism*, p. 73: “Partimos da pressuposição de que a hora do capitalismo de Estado se aproxima quando a economia de mercado se torna um instrumento totalmente inadequado para a utilização dos recursos disponíveis”.

tada está na centralidade do mercado autônomo e dos mecanismos a ele associados, responsáveis pelos problemas na medida em que contêm um aspecto de imprevisibilidade quanto aos resultados dos processos por eles mediados. Daí a importância assumida pela idéia de “plano”, em torno da qual se organizam todas as cinco novas regras colocadas pelo capitalismo de Estado no lugar dos mecanismos do mercado⁷. E daí também a renovada importância da esfera da política:

O verdadeiro problema de uma sociedade planificada não está na esfera econômica, mas na política, nos princípios a serem aplicados ao se decidir quais necessidades devem ter a preferência, quanto tempo deve ser gasto para o trabalho, quanto do produto social deve ser consumido e quanto usado para a expansão, etc⁸.

Este peso substancial da política, por sua vez, resulta em que, diferente do que acontecia no capitalismo privado, onde as pessoas se relacionavam enquanto “agentes do processo de troca, como compradores ou vendedores”, no capitalismo de Estado as relações sociais são mediadas pela posição de cada um na estrutura administrativa, ou seja, “sob o capitalismo de Estado os homens se confrontam como comandante ou comandado”⁹. Nesta mesma direção, segundo Pollock,

outro aspecto da situação alterada sob o capitalismo de Estado é que a motivação do lucro é substituída pela motivação do poder. Obviamente, a motivação do lucro é apenas

7 Resumidamente, as regras são as seguintes: a primeira estabelece a existência do plano, que dá o direcionamento nacional para a produção, o consumo, a poupança e o investimento; a segunda, que os preços devem ser administrados segundo os princípios do plano; a terceira, que o interesse pelo lucro, tanto da parte de indivíduos quanto de grupos, deve estar subordinado ao plano geral; a quarta, que em todas as esferas da atividade do Estado (“e sob o capitalismo de Estado isto significa em todas as esferas da vida social como um todo”) o trabalho baseado em conjecturas e improvisações deve dar lugar aos princípios do gerenciamento científico; e a quinta, que o Estado deve obrigar à realização do plano, a fim de que nada de essencial seja deixado às leis do mercado ou a outras leis econômicas. Cf. POLLOCK, *State Capitalism*, pp. 75-78.

8 POLLOCK, *State Capitalism*, p. 75.

9 POLLOCK, *State Capitalism*, p. 78.

uma forma específica da motivação do poder. Sob o capitalismo privado, maiores lucros significam maior poder e menos dependência do comando de outros. A diferença, entretanto, não é apenas que a motivação do lucro é uma forma mediada da motivação do poder, mas que a segunda está essencialmente ligada à posição de poder do grupo dominante, enquanto que a primeira pertence apenas ao indivíduo¹⁰.

Por fim, deve-se notar que as análises de Pollock eram orientadas por uma dupla preocupação, como se pode perceber nas últimas páginas de seu ensaio. Sob um certo ângulo, a tentativa de identificar os possíveis limites do capitalismo de Estado (os quais, coerentemente, eram identificados como limites políticos) funcionava também como uma investigação sobre os limites para um regime nazista. Por outro lado, porém, a insistência em que esta nova ordem poderia se estruturar em acordo com os valores democráticos mostra que o interesse pelas possibilidades tinha também, para Pollock, um aspecto otimista – para ele, o capitalismo de Estado democrático poderia levar a um aproveitamento mais racional e efetivo dos recursos disponíveis, e produzir uma elevação geral do nível de vida.

As críticas de Neumann

Como nota Wiggershaus, um dos primeiros e mais ardorosos críticos desta concepção foi Franz Neumann, que expressou suas discordâncias diretamente ao próprio Pollock em primeiro lugar, e mais tarde a Horkheimer¹¹. A questão principal do desacordo estava na relação entre nazismo e capitalismo. A este respeito, Neumann fazia três questionamentos. Em primeiro lugar, a idéia de que o capitalismo tivesse sido substituído por uma forma social que, por meio de controles políticos, mantivesse alguns de seus elementos essenciais (desigualdade social,

10 POLLOCK, *State Capitalism*, p. 78.

11 Cf. WIGGERSHAUS, *A escola de Frankfurt*, pp. 312 ss.

produção de mercadorias, mercado etc) sem sofrer mais a ameaça de crises e sem indicar quaisquer possibilidades internas de ruptura que abrissem espaço para uma superação em direção ao socialismo, equivalia, para ele, a uma condenação ao desespero e ao imobilismo, uma vez que estas condições não poderiam possibilitar uma existência verdadeiramente humana. Em segundo lugar, faltaria justamente a Pollock uma teoria da transição do capitalismo monopolista para o capitalismo de Estado, sem o que suas teses se tornavam suspeitas de dogmatismo. E em terceiro lugar, tomando por base os estudos sobre a economia alemã que realizara para a redação do *Behemoth*, Neumann afirmava não ter encontrado qualquer evidência de que a Alemanha estivesse numa situação que pudesse, ainda que remotamente, ser caracterizada como capitalismo de Estado.

Na carta a Horkheimer, na qual se encontravam todas estas observações, Neumann sustentava ainda que o ponto de vista adotado por Pollock constituía um abandono do marxismo, e contradizia assim frontalmente a teoria desenvolvida pelo Instituto. Em sua resposta Horkheimer contesta este último ponto, alegando que o próprio Engels afirmara que a sociedade tendia para o capitalismo de Estado. Ao retomar, porém, suas críticas no *Behemoth*, Neumann lembra por outro lado que Marx restringiu propositadamente suas análises “às tendências pre-valetentes no interior de um dado sistema”¹², não indo além deste mesmo sistema. Na medida em que Pollock afirmava em seu ensaio que “juntamente com o mercado autônomo, as assim chamadas leis econômicas desaparecem”, e anunciava, portanto, o fim da lei do valor, a completa conversão dos valores em valores de uso e o desaparecimento da relação entre estrutura de classes e produção, para Neumann ele não apenas especulava a respeito de uma formação social distinta, mas ultrapassava positivamente o limite crítico colocado por Marx sem apresentar justificativas suficientes para tanto.

Ora, ao desenvolver no *Behemoth* sua concepção sobre a organização econômica da Alemanha nazista, de acordo com a qual seria impossível descrever esta última como capitalismo de Estado, Neumann

12 NEUMANN, *Behemoth*, p. 224.

procura justamente mostrar como o controle de preços, por exemplo, não significava de modo algum um desaparecimento, e nem mesmo uma efetiva subordinação, das leis econômicas e do mercado autônomo a critérios eminentemente políticos. Não apenas a legislação reconhecia a precedência dos critérios econômicos no que diz respeito ao planejamento, como ela ainda beneficiava os grupos econômicos mais poderosos, os quais eram mesmo vistos como responsáveis por importante parte das decisões a respeito, além de exercerem grande influência política, direcionando os procedimentos do governo de acordo com seus interesses. Mesmo os controles impostos não podiam eliminar de todas as possibilidades outras de ajustamento da situação empresarial¹³. Além disso, o próprio sistema de controles imposto sobre os processos econômicos teria por fim principal proteger a economia altamente centralizada das ameaças colocadas pela democracia.

Em um sistema monopolista os lucros não podem ser produzidos e retidos sem o poder político totalitário, e este é o traço distintivo do nacional-socialismo. Se o poder político totalitário não tivesse abolido a liberdade de contrato, o sistema de cartéis teria ruído. Se o mercado de trabalho não fosse controlado por meios totalitários, o sistema monopolista estaria em risco; se as agências de matérias-primas, suprimentos, controle de preços e racionalização, se os gabinetes de controle do crédito e do câmbio estivessem nas mãos de forças hostis aos monopólios, o sistema de lucros ruiria. O sistema se tornou tão completamente monopolizado que ele deve por natureza ser hipersensível a mudanças cíclicas, e tais mudanças devem ser evitadas. Para se

13 Cf. NEUMANN, *Behemoth*, p. 312: “Quando se evita, através de monopólio ou de regulação administrativa, que um agente individual da produção obtenha lucros pelo aumento de preços, ele tentará aumentar suas vendas ou cortar seus custos, ou ambos, a fim de alcançar seu objetivo como produtor de mercadorias para a venda. Quando ele não pode comercializar mais que um quantum definido de bens, ele terá que aumentar seus preços, e quando, por arregimentação ou monopólio, estabelecem-se cotas tanto para os preços quanto para as vendas, ele precisa recorrer a alternâncias no arranjo dos elementos de custo no processo de manufatura através de pressões sobre os custos da matéria-prima, do maquinário produtivo, do trabalho e do capital utilizados, bem como através de mudanças no próprio processo de manufatura, tanto organizacionais quanto tecnológicas”.

obter isso é necessário o monopólio do poder político sobre o dinheiro, o crédito, o trabalho e os preços. Em poucas palavras, a democracia colocaria em risco o sistema totalmente monopolizado. A essência do totalitarismo é estabilizá-lo e fortificá-lo. Esta não é, é claro, a única função do sistema. O Partido Nacional-Socialista só está preocupado com o estabelecimento do domínio de mil anos, mas para alcançar este fim eles não têm outra opção senão proteger o sistema monopolista, o qual lhes fornece a base econômica para a expansão política¹⁴.

Temos então dois diagnósticos distintos a respeito da natureza e do significado do nazismo. Mas como este desacordo repercute no interior do Instituto?

Martin Jay e a mudança da Teoria Crítica nos anos 40

Em seu livro, já clássico, sobre a Escola de Frankfurt, Martin Jay afirma que o resultado foi o aprofundamento de uma cisão pré-existente entre os membros do Instituto, cristalizando-se de forma definitiva, a partir daí, a diferença entre o “círculo interno” e o “círculo externo”. O processo teria sido o seguinte: Jay considera que a teorização de Pollock levava adiante o processo de crítica do marxismo ortodoxo empreendido no interior do Instituto desde que Horkheimer se tornara diretor. No início da década de 30 a Teoria Crítica defrontava-se com a evidência da crescente integração social do proletariado. Desprovida de outro sujeito histórico, sua única saída teria sido a migração para uma posição

14 NEUMANN, *Behemoth*, p. 354. Para Neumann o risco que a democracia representava para o monopólio já tinha se tornado claro durante a República de Weimar, quando, “afinal, a estrutura do governo alemão ainda era uma democracia parlamentar – e se movimentos que ameaçassem a estrutura monopolista estabelecida ascendessem no interior das organizações de massa? Já em novembro de 1923 a pressão pública tinha forçado o gabinete Stresemann a baixar um decreto sobre os cartéis, autorizando o governo a dissolvê-los e a atacar posições monopolistas em geral. Tais poderes não foram usados nem uma única vez, mas o perigo aos privilégios inerente à democracia política permaneceu e obviamente se tornou mais agudo em épocas de grandes crises”. NEUMANN, *Behemoth*, p. 16.

crítica “transcendente” (segundo a expressão de Martin Jay), ou seja, uma tentativa de, pelo recurso à pura teoria, colocar-se para além da sociedade com que se defrontava, a fim de realizar a necessária reflexão crítica a seu respeito. Isto teria envolvido um afastamento crescente em relação à importância tradicionalmente atribuída pelo marxismo à economia. Assim, mesmo que a *Zeitschrift* publicasse diversos artigos sobre questões econômicas, indicando que “o Instituto, entretanto, reconhecia o valor da observação de Marx sobre o papel fundamental da economia na sociedade capitalista (...), seria um erro pensar que estas análises estavam realmente integradas no coração da Teoria Crítica”¹⁵. Isto porque, com relação a este ponto, “os membros mais antigos do círculo interior do Instituto (...) seguiam a orientação de seu diretor associado, Friedrich Pollock” no sentido de uma interpretação da realidade contemporânea orientada por sua teoria do capitalismo de Estado. Mais precisamente, a relação era de mão dupla. Como vimos, no contexto de sua discussão do capitalismo de Estado, Pollock sustentava que historicamente “o motivo do lucro é uma forma específica do motivo do poder”¹⁶, e que portanto o capitalismo tinha sido apenas uma efêmera fase em que a busca pelo poder tinha sido mediada pelo lucro. Ora, para Jay esta sempre fora a opinião do próprio Horkheimer, e portanto o trabalho de Pollock consistia na constituição de uma linha-mestra para a análise da situação contemporânea fundamentada em postulados filosóficos de Horkheimer, compartilhados por Adorno e Löwenthal¹⁷. Pollock estaria, assim, fornecendo o quadro a partir do qual o fato perene da dominação, que teria permanecido implícito e dissimulado por diversas formas de mediação durante o período liberal, pudesse agora ser tomado como o eixo de um diagnóstico histórico do presente que reduzisse em muito

15 JAY, *La imaginación dialéctica*, p. 252.

16 POLLOCK, *State Capitalism*, p. 78.

17 Cf. JAY, *La imaginación dialéctica*, p. 256: “Ao sublinhar a politização da economia Pollock se situava na corrente central da Teoria Crítica. Se a Escola de Frankfurt se recusou a desenvolver uma teoria política independente, (...) recusou igualmente um enfoque puramente econômico da teoria social. Em seu artigo ‘Filosofia e Teoria Crítica’ (...) Horkheimer havia assinalado claramente que considerava a dominação por meio da economia como um fenômeno puramente histórico. Seria um erro, assinalava ele, julgar a sociedade futura segundo sua forma econômica. Mais ainda, ‘isto é verdade para o período de transição no qual a política alcança uma nova independência em relação à economia’. Deixava-se a fetichização da economia para marxistas mais ortodoxos, como Grossmann”.

o papel que a economia tinha no pensamento marxista e enfatizasse, por outro lado, a racionalidade tecnológica como o novo instrumento fundamental empregado pela classe dominante para a manutenção e o exercício de seu poder.

Para Horkheimer, Pollock, Adorno e Löwenthal, a dominação estava assumindo formas não-econômicas, cada vez mais diretas. O modo capitalista de exploração era visto agora em um contexto mais amplo como a forma histórica específica de dominação característica da era burguesa na história ocidental. O capitalismo de Estado e o Estado Autoritário prefiguravam o fim, ou ao menos a transformação radical, desta época. A dominação, afirmavam, era agora mais direta e virulenta sem as mediações características da era burguesa¹⁸.

Assim a necessidade deste novo diagnóstico histórico tinha sido colocada pela nova realidade que surge a partir do período da Segunda Guerra, realidade na qual os problemas detectados nos anos 30 se tornavam mais agudos, e que era, portanto, cada vez menos conciliável com o marxismo. Como “uma das características essenciais da Teoria Crítica desde suas origens tinha sido sua recusa em considerar o marxismo como um conjunto de verdades herdadas”, era natural que, diante de uma realidade social mudada, seus proponentes pensassem que também “deveriam mudar as construções teóricas geradas para compreendê-la”¹⁹. Assim, a impossibilidade de qualquer esperança com relação à União Soviética, aliada ao intenso processo de integração do proletariado por meio da cultura de massas e da efetiva melhoria das condições de vida, impunham uma mudança mais decidida no registro teórico, uma mudança tal que afastasse o já insustentável paradigma marxista, e o substituísse por uma nova concepção capaz de explicar tão drástico malogro das esperanças anteriores quanto ao surgimento de uma sociedade verdadeiramente humana.

18 JAY, *La imaginación dialéctica*, pp. 413- 414.

19 JAY, *La imaginación dialéctica*, p. 410.

Esta mudança decidida de registro teórico teria como um de seus principais eixos a substituição do conflito de classes pelo conflito entre homem e natureza (interior e exterior) enquanto motor da história, “conflito cujas origens remontavam até antes do capitalismo e cuja continuidade, na verdade intensificação, parecia provável depois do fim do capitalismo”²⁰. Em contraposição à redução da natureza à mero objeto de dominação realizada no interior da teoria tradicional, a Teoria Crítica insistia em que a separação entre sujeito e objeto não podia ser absoluta. E era daí que vinha a necessidade de uma crítica da *Aufklärung* entendida como processo de desencantamento do mundo: enquanto movimento de crescente formalização, a *Aufklärung* exacerbava continuamente esta separação, e com ela a dominação da natureza. Anulando todas as diferenças qualitativas em benefício do formal e do abstrato a *Aufklärung* conduzia inevitavelmente à catástrofe histórica:

O totalitarismo era menos o repúdio do liberalismo e dos valores da *Aufklärung* que o resultado de sua dinâmica imanente. O princípio da troca oculto na noção da *Aufklärung* acerca da natureza como átomos intercambiáveis tinha seu paralelo na atomização crescente do homem moderno, um processo que culminava na igualdade repressiva do totalitarismo. Esta manipulação instrumental da natureza pelo homem conduzia inevitavelmente à relação concomitante entre os homens. À distância insuperável entre sujeito e objeto na concepção de mundo da *Aufklärung* correspondia a posição relativa de governantes e governados nos Estados autoritários modernos. A objetivação do mundo tinha produzido um efeito similar nas relações humanas. Como observou Marx, ainda que o restringindo a um efeito do capitalismo, o passado morto tinha chegado a governar o presente vivo.²¹

20 JAY, *La imaginación dialéctica*, p. 413.

21 JAY, *La imaginación dialéctica*, p. 421.

Horkheimer, Adorno e a mudança da Teoria Crítica nos anos 40

É interessante notar que esta interpretação não está apenas no livro de Martin Jay, mas pode ser encontrada quase que na totalidade dos estudos sobre os autores ligados ao Instituto. Leituras muito semelhantes a esta estão presentes em textos e livros de Helmut Dubiel, Moishe Postone, Simon Jarvis, Douglas Kellner, Rolf Wiggershaus, Tom Bottomore, entre outros. Embora as apreciações a respeito possam variar, há praticamente um consenso no que se refere ao papel de Pollock como catalisador teórico da mudança que, como Horkheimer descreveria mais tarde, levou da primeira para a segunda Teoria Crítica²².

Cabe, porém, perguntar se esta leitura é suficiente, ou mesmo se ela, ainda que tão consensual, está efetivamente correta. Indícios de que haja motivos para se colocá-la em dúvida podem ser encontrados já em um dos autores que entretanto a adota. Trata-se de Rolf Wiggershaus, cujo amplo painel histórico do Instituto de Pesquisa Social fornece mais detalhes a respeito dos debates deste período. Segundo seu relato, “Capitalismo de Estado” foi criticado não apenas por Neumann, mas também por Löwenthal, Adorno e pelo próprio Horkheimer²³. Da parte de Horkheimer a queixa principal referia-se ao caráter excessivamente administrativo do ponto de vista de Pollock, bem como à posição simpática ao capitalismo de Estado. Adorno formula uma crítica semelhante, em termos mais duros – para ele o quadro de Pollock poderia ser descrito como uma inversão do quadro traçado na obra de Kafka: “Kafka havia descrito a hierarquia de escritórios sob a forma de inferno. Aqui, é o inferno que se transforma em uma hierarquia de escritórios”. Mas ele vai ainda mais longe, e questiona a própria concepção geral de Pollock: “O conjunto é tão doutrinário e formulado ‘de cima’, no sentido de Husserl, que carece completamente de convicção, sem falar na hipótese totalmente antidialética de que uma economia

22 Vale notar, entretanto, que há exceções. Tais são os casos de, por exemplo, de Susan Buck-Morss e Deborah Cook, no que se refere especificamente à trajetória intelectual de Adorno, ou ainda de Douglas Kellner, no que diz respeito a Marcuse. Cf. BUCK-MORSS, *The Origin of Negative Dialectics*, p. 59; COOK, *The Culture Industry Revisited*, pp. 10-11; e KELLNER, *Tecnologia, Guerra e fascismo*, pp. 31-35.

23 Cf. WIGGERSHAUS, *A escola de Frankfurt*, pp. 310 ss.

não antagônica poderia ser realizada numa sociedade antagônica”²⁴. Por fim, longe de reconhecer nos novos tempos a perspectiva de “um estado relativamente estável e até, em certo sentido, racional”, tal como Pollock concebia a versão democrática do capitalismo de Estado, Adorno via neles a perspectiva de “uma série ininterrupta de catástrofes, de caos e horrores durante um período cujo fim ainda não se vislumbra”²⁵.

Embora evidenciem algumas discordâncias, estes trechos não permitem qualificá-las, avaliar sua extensão, ou ter delas uma imagem mais concreta. Mas algumas indicações a mais podem ser encontradas nos textos. “Estado Autoritário” (*Autoritärer Staat*), ensaio de Horkheimer em geral visto como uma das primeiras e principais manifestações da mudança de eixo da Teoria Crítica, parece concordar em muitos pontos com a perspectiva de Pollock. De fato, nele se encontra a conhecida afirmação de que “o capitalismo de Estado é o Estado autoritário do presente”²⁶; há referência a uma situação na qual “a burocracia reassume o mecanismo econômico, que lhe fugira das mãos sob o domínio do puro princípio burguês do lucro”²⁷; e afirma-se que no fascismo “a mais-valia é colocada sob o controle do Estado e flui em grandes quantidades para os donos de terras e magnatas industriais sob o antigo nome de lucro”²⁸. Mas, ao mesmo tempo, a descrição desta situação se apóia em vários momentos em textos de Engels, e contém, além disso, alguns trechos em que a dialética materialista é reafirmada:

A dialética materialista lida com o comum, o ruim, o transitório; toda situação histórica contém o ideal, mas não explicitamente. A identidade do ideal e do real é a exploração universal. Por isso, a ciência marxiana consiste na crí-

24 Carta de Adorno a Horkheimer, de 8 de junho de 1941. Apud WIGGERSHAUS, *A escola de Frankfurt*, p. 310.

25 Carta de Adorno a Horkheimer de 2 de julho de 1941. Apud WIGGERSHAUS, *A escola de Frankfurt*, p. 311.

26 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, p. 124.

27 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, pp. 147-148.

28 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, pp. 133-134.

tica da economia burguesa e não na exposição de uma economia socialista (...). [Marx] explicou a realidade da ideologia da economia burguesa: através da exposição (*Entfaltung*) da economia oficial ele desvela o segredo da economia. (...) A dedução das fases capitalistas desde a simples produção de mercadorias até o monopólio e o capitalismo de Estado não é, é claro, um experimento mental. O princípio da troca não é apenas formulado no pensamento (*ersonnen*), ele dominou a realidade. As contradições nele desveladas pela crítica se tornaram dramaticamente manifestas na história. Na troca da mercadoria força de trabalho o trabalhador é tanto recompensado quanto enganado. A igualdade dos possuidores de mercadorias é uma aparência ideológica que se desfaz no sistema industrial e dá lugar (*weicht*) à dominação aberta no Estado autoritário. O desenvolvimento da sociedade burguesa é determinado em seu modo de produção, o qual foi marcado por aquele princípio econômico. Apesar da validade real deste princípio, nunca houve uma congruência entre sua representação crítica e seu desenvolvimento histórico, o qual não pode ser rompido. É a diferença entre conceito e realidade que fundamenta a possibilidade da práxis revolucionária, não o próprio conceito”²⁹.

Um pouco mais adiante o fascismo é ainda mencionado enquanto fase do capitalismo: “O capitalismo tem um período de duração, mesmo depois que sua fase liberal acabou. A fase fascista é, é claro, completamente dominada (*durchberrscht*) pelas mesmas tendências econômicas que já eliminaram o mercado”³⁰. Ora, como explicar estes trechos? Como compatibilizá-los com a ênfase na esfera política que perpassa todo o texto?

Antes de respondermos a estas perguntas, deve-se notar que talvez esta problematização não seja convincente. Afinal, “Estado Autoritário”

29 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, pp. 144-145.

30 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, p. 148.

foi escrito antes de “Capitalismo de Estado”³¹ e pode talvez ser visto como um texto de transição, tal como Habermas o faz com “Filosofia e Divisão do Trabalho”, um dos fragmentos que se encontram no final da *Dialektik der Aufklärung*³². Consideremos então outro exemplo.

Para afastar a possibilidade de formulações ainda transicionais, deixemos momentaneamente de lado os anos 40 e recorramos a um ensaio escrito por Adorno mais de vinte anos depois, “Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial?” (*Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?*). Embora este texto não discuta o fascismo, ele interessa aqui na medida em que traços que caracterizariam a segunda versão da Teoria Crítica também aparecem nele imbricados de um modo intrigante com uma ênfase na esfera da economia. Assim, Adorno escreve que a consciência de classe do proletariado desapareceu, que não se dispõe mais de uma teoria convincente da mais-valia, que o Estado tornou-se o “capitalista total” e que as relações de produção que aprisionam forças produtivas de há muito incompatíveis com elas não funcionam mais por conta própria e são mantidas apenas através da atuação do poder político. Mas ele também diz que ainda há fatos que “só de um modo muito forçado e arbitrários são ainda interpretáveis sem se utilizar o conceito-chave ‘capitalismo’” e que “a dominação sobre seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico”.

Como vemos, a continuidade de referências à economia está presente em textos de Horkheimer e Adorno. Mas como compatibilizá-la com as referências à dominação, ao Estado e à política? Ora, se tomarmos os textos com cuidado, perceberemos que, ao contrário do que se poderia pensar inicialmente, não se trata, nestes casos, de decidir abstratamente por um ou outro dos fatores. Mais que isso, note-se que o problema é herdado de Marx. De fato, isto é dito dire-

31 Cf. WIGGERSHAUS, *A escola de Frankfurt*, p. 311. Adorno considerava que Pollock tomara de “Estado Autoritário” (cujo título original, aliás, era “Staatkapitalismus”) os temas tratados em “Capitalismo de Estado”, mas que os simplificara e “desdialetizara”, acabando por inverter-lhes o sentido original. No que se segue não é nosso objetivo apresentar uma interpretação completa do ensaio de Horkheimer (nem do de Adorno), mas apenas dar algumas indicações sobre em que sentido se pode entender esta colocação de Adorno, e apontar certas incongruências com a teoria pollockiana e, mais especificamente, com a interpretação de Martin Jay.

32 Cf. HABERMAS, *O discurso filosófico da modernidade*, p. 167.

tamente por Horkheimer ao se referir ao quadro teórico de que parte:

Para o curso natural da ordem capitalista mundial a teoria prescreve um fim não-natural: os proletários unidos destruirão a última forma de exploração, a escravidão capitalista-estatal. (...) Quando a classe dominante “deve alimentar os trabalhadores, ao invés de ser alimentada por eles”, a revolução está à mão. Esta teoria do fim se desenvolve a partir de uma situação que era ainda ambígua e é ela mesma ambígua: ela ou conta com o colapso através de uma crise econômica, excluindo através disso a estabilização de um Estado autoritário, como Engels de fato previu. Ou então espera o triunfo do Estado autoritário, eliminando assim o colapso através de uma crise, a qual foi sempre definida pela economia de mercado³³.

Marx e Engels tinham, portanto, duas possibilidades em vista, a de que a superação histórica fosse induzida pela irrupção necessária de uma crise final, e a de que a luta política do proletariado levasse, por si mesma, à mudança. Em ambos os casos a política tem uma importância inegável e, por mais que se contasse com as contradições imanentes do capital, seria redutor dizer que delas resultaria inevitavelmente uma sociedade verdadeiramente humana. Ademais, o modo como Jay compreende o papel da economia, ou seja, do materialismo, no procedimento de Marx, deixa de lado seu sentido eminentemente crítico, incorrendo no mecanicismo dogmático próprio ao marxismo vulgar. Se a economia fosse o único fator determinante para a mudança social, a integração social do proletariado não seria, por si só, um problema, visto que o destino socialista da humanidade poderia ainda estar garantido pela expectativa de uma crise futura.

Ainda assim, não se pode negar que há, aqui, uma diferença entre os dois filósofos frankfurtianos e Marx. Ocorre que, aos olhos daqueles, já

33 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, pp. 124-125.

se tinha produzido um progresso das forças produtivas incompatível com as relações de produção vigentes. Só que o que se observava a partir disso não era a ruptura impulsionada pela contradição entre ambas, mas sim a transformação das forças produtivas em um instrumento para a sustentação estável e reforçada das relações de produção. E o que possibilitava este desenvolvimento não era uma outra lei imanente que as tornaria desde sempre compatíveis, mas sim o contexto específico no interior do qual ele se produzira, um contexto cuja principal característica era o crescente processo de concentração econômica.

Deste modo, no caso de “Estado Autoritário” é bastante claro que uma das principais referências concretas que Horkheimer tem em vista é, de fato, o malogro das esperanças revolucionárias que tinham se incendiado no início da República de Weimar (em especial na experiência dos conselhos de trabalhadores), mas acabaram por dar lugar à catástrofe inesperada do nazismo. O destino das organizações da classe trabalhadora neste contexto não demonstrara a inexistência da luta de classes, mas sim que “o capitalismo pode sobreviver à economia de mercado”³⁴. Sua transformação em organizações de massas era o processo através do qual elas “se adaptavam às transformações da economia”³⁵, e o próprio crescimento do SPD (Partido Social-Democrata Alemão) e dos sindicatos a ele ligados possibilitaram a cristalização de uma liderança desligada das bases e dedicada a seus próprios interesses³⁶:

Controlar e substituir [seus] líderes se torna, por razões técnicas, mais e mais difícil com o crescimento do aparato. (...) Os meios de poder, por um lado as reservas financeiras da empresa, por outro os fundos do partido ou do sindicado, estão à disposição da liderança para serem usados contra

34 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, p. 125.

35 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, p. 126.

36 “A partir de 1906 começa o processo de burocratização do SPD e dos sindicatos ligados a ele, com a nomeação de funcionários permanentes, exigência surgida por conta do crescimento do aparelho e da imprensa partidária e sindical. Desde esta época cresce a dicotomia entre o ‘radicalismo oficial’ do SPD e a sua prática, processo que se acentua com a eleição de pragmáticos para a direção, homens que tinham por objetivo principal fortalecer a máquina partidária, aumentar a difusão da imprensa socialista e do número de sindicalizados”. LOUREIRO, *A revolução alemã, 1918-1923*, pp. 35-36.

qualquer problema. (...) O líder e sua clique se tornam tão independentes nas organizações da classe trabalhadora quanto o conselho de diretores em um monopólio industrial o é frente aos acionistas. O que quer que procure existir sob um estado de dominação corre o risco de reproduzi-lo. Na medida em que a oposição proletária na República de Weimar não se arruinou enquanto seita, ela caiu vítima do espírito de administração. *A institucionalização dos altos níveis do capital e do trabalho tem a mesma base: a mudança no modo produção*. A indústria monopolizada, que transforma a massa de acionistas em vítimas e parasitas, empurra as massas de trabalhadores para a passividade apoiadora. Elas têm mais a esperar da proteção e assistência das organizações que de seu trabalho.³⁷

Portanto, o que Horkheimer vê emergindo destas condições, e que ele tem em vista quando fala em “capitalismo de Estado” e Estado autoritário, é algo bastante diferente do quadro traçado por Pollock:

O Estado autoritário é repressivo em todas as suas formas. O imenso desperdício não é mais produzido pelos mecanismos econômicos no sentido clássico. Ele surge das necessidades exorbitantes do aparato de poder e da destruição de qualquer iniciativa da parte dos dominados: a obediência não é tão produtiva. Apesar da alegada ausência de crises, não há harmonia. Embora a mais-valia não seja mais absorvida como lucro, ela ainda é o ponto nodal. A proposição cunhada na economia de mercado, segundo a qual a anarquia da sociedade corresponde a estrita ordem na fábrica, significa hoje que o estado de natureza internacional, a luta pelo mercado mundial e a disciplina fascista do povo se condicionam reciprocamente. Mesmo se as elites hoje conspiram em comum contra seus povos, elas estão sempre

37 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, pp. 126-128, grifo meu.

prontas para surrupiar algo dos territórios de caça umas das outras. As conferências econômicas e de desarmamento apenas adiam o conflito por algum tempo, o princípio da dominação se manifesta exteriormente como princípio da permanente mobilização. A situação continua sendo, em si mesma, absurda. É evidente que a restrição das forças produtivas pode, de agora em diante, ser entendida como uma condição da dominação e deliberadamente praticada³⁸.

Pois bem, *o Estado autoritário é repressivo em todas as suas formas*, não havendo então alguma auspiciosa forma democrática que encarnasse alguma utopia do possível. E embora o desperdício não seja mais produzido pelos mecanismos econômicos *no sentido clássico*, e sim pelas necessidades do aparato de poder, a mais-valia continua sendo o ponto nodal, a disciplina fascista mantém uma relação de mútuo condicionamento com a luta pelo mercado mundial e a contradição entre forças produtivas e relações de produção, mesmo que sufocada, continua existindo, uma vez que a restrição das primeiras é deliberadamente praticada em vista da continuidade da dominação. Por mais que a exposição de Horkheimer tenha por foco a exposição de uma mudança, não se trata da simples substituição de uma abstrata determinação econômica por uma igualmente abstrata determinação pela política, nem muito menos da descoberta de algum condicionamento supostamente mais fundamental radicado no conflito entre homem e natureza. Trata-se, antes, das novas perspectivas, para bem e para mal, abertas pelo desenvolvimento das forças produtivas – o direcionamento destas, diferente do que pensava o seguro conformismo social-democrata, não está garantido por um progresso fatal rumo à liberdade, mas depende ainda da atitude assumida pela humanidade³⁹:

38 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, pp. 135-136.

39 Convém lembrar, neste ponto, que “Estado Autoritário” foi originalmente publicado em um volume mimeografado em memória de Walter Benjamin, volume que incluía ainda, entre outros textos, as teses “Sobre o Conceito de História” de Benjamin. Na décima primeira destas pode-se ler que “o conformismo, que desde o início esteve em seu elemento na social-democracia, não adere apenas a suas táticas políticas, mas também a suas idéias econômicas. Ele é uma das causas de seu colapso posterior. Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã que a opinião de que ela nadava com a corrente. O desenvolvimento

A inevitabilidade do passado [i.e., o fato de que se possa divisar nele uma concatenação necessária] vincula (*leget... fest*) tão pouco a vontade à liberdade, que nela se anuncia, quanto o futuro. Para cada conclusão a partir da crença de que a história seguirá uma linha ascensional, seja esta direta, em ziguezague ou em espiral, há um contra-argumento igualmente válido. A teoria explica essencialmente o caminho da fatalidade. Com toda a consistência que ela pode encontrar no desenvolvimento, com toda lógica na seqüência das épocas sociais individuais, com todo aumento das forças produtivas materiais, dos métodos e das habilidades, aumentaram de fato os antagonismos capitalistas. Por eles se definem, finalmente, os próprios homens. Estes são hoje não apenas mais capazes para a liberdade, mas também menos capazes. Não somente a liberdade é possível, mas também formas futuras de opressão. Elas podem ser avaliadas teoricamente como recaída ou como um novo equipamento engenhoso. Com o capitalismo de Estado o poder pode se fortalecer.⁴⁰

Nesta mesma direção, também em “Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial?”, Adorno, discutindo a concepção segundo a qual Marx teria sido superado, sustenta que as dificuldades apresentadas pelo novo contexto histórico apontam para alguns desenvolvimentos de fato inesperados, mas que devem ser compreendidos em sua configuração própria. Se, por um lado, Adorno diz que “a atual sociedade é, de acordo com o estágio de suas

técnico era visto como o declive da corrente, na qual ela supunha estar nadando”. BENJAMIN, *Obras escolhidas I*, p. 227; enquanto que na décima terceira, Benjamin diz que “a teoria e, mais ainda, a prática da social-democracia foram determinadas por um conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade. Segundo os social-democratas, o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimentos. Em segundo lugar, era um processo sem limites, idéia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano. Em terceiro lugar, era um processo essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral. Cada um destes atributos é controvertido e poderia ser criticado” BENJAMIN, *Obras escolhidas I*, p. 229. Contra a interpretação de que Benjamin estivesse simplesmente recusando a idéia de progresso, Adorno sustentará que a crítica visa aqui a redução do progresso da humanidade ao avanço das capacidades e conhecimentos. Cf. ADORNO, *Fortschritt*, pp. 618-619.

40 HORKHEIMER, *Autoritärer Staat*, pp. 145-146.

forças produtivas, plenamente, uma sociedade industrial”, para ele isto, ao contrário do que talvez se esperaria, não mudou alguns aspectos essenciais:

Por outro lado, a sociedade é capitalismo em suas relações de produção. Os homens seguem sendo o que, segundo as análises de Marx, eles eram por volta da metade do século XIX: apêndices da maquinaria, e não mais apenas literalmente os trabalhadores, que têm de se conformar às características das máquinas a que servem, mas, além deles, muitos mais, metaforicamente: obrigados até mesmo em suas mais íntimas emoções a se submeterem ao mecanismo social como portadores de papéis, tendo de se modelar sem reservas de acordo com ele. Hoje como antes produz-se visando o lucro. Para além de tudo o que à época de Marx era previsível, as necessidades, que já o eram potencialmente, acabaram se transformando completamente em funções do aparelho de produção, e não vice-versa⁴¹.

Aos olhos de Adorno, portanto, “hoje como antes produz-se visando o lucro”, e os homens continuam sendo o que eram em meados do século XIX, isto é, apêndices da maquinaria, portadores de papéis sociais, enquanto que suas necessidades são essencialmente funções do aparelho de produção. A novidade neste quadro, para ele, está na absorção das forças produtivas por relações de produção com as quais já não são mais compatíveis:

Demasiado otimista era a expectativa de Marx de que seria historicamente certo um primado das forças produtiva, que necessariamente romperia as relações de produção. (...) Através de remendos e medidas particulares, as relações de produção, apenas para a sua autoconservação, continuaram a submeter a si as forças produtivas deixadas à solta. Característica marcante de nossa época é a preponderância das relações de produção sobre as forças produtivas que,

41 ADORNO, *Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?*, p. 361.

porém, há muito desdenham as relações. (...) Que a coisa toda tenha transcorrido de modo diferente do que se esperava, tem como uma das causas, e não a menor, o fato de que a sociedade incorporou o que Veblen chamava de *underlying population*. (...) Esse desenvolvimento *dependia, por sua vez, do desenvolvimento das forças produtivas*; e não era, porém, idêntico à primazia dessas sobre as relações de produção. (...) A sua realização *teria necessitado da espontaneidade daqueles que estão interessados na mudança das condições*, e, entretanto, o seu número superou várias vezes o proletariado industrial propriamente dito. O interesse objetivo e a espontaneidade subjetiva separaram-se contudo; esta corre o risco de atrofiar-se sob a desproporcional superioridade das condições dadas⁴².

Deste modo, também Adorno aponta para a necessidade de uma atividade política que tivesse levado à superação das relações de produção, em contraste com a confiança social-democrata no papel do desenvolvimento técnico. Por fim, ele afirma claramente que os aspectos políticos que de fato se destacam no novo contexto, em especial a atividade do intervencionismo estatal, não implicam a superação do condicionamento econômico e devem antes ser entendidos em uma relação dialética com este condicionamento:

O poderio das relações de produção, que não foram revolucionadas, é maior do que nunca, mas, ao mesmo tempo e em todos os lugares elas estão, enquanto algo objetivamente anacrônico, enfermas, prejudicadas, esvaziadas. Elas não funcionam mais por conta própria. Ao contrário do que pensa a antiga doutrina liberal, o intervencionismo econômico não é enxertado de um modo estranho ao sistema, mas de modo imanente a ele, como a quintessência da autodefesa do sistema capitalista; nada poderia explicar de modo mais contundente o

42 ADORNO, *Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?*, pp. 363-364, grifo meu.

conceito de dialética. (...) A invasão do não-imanente ao sistema pertence também à dialética imanente, assim como, no pólo oposto, Marx pensava o revolucionamento das relações de produção como algo coercitivamente imposto pelo percurso da História e, ainda assim, como uma ação a ser desenvolvida de modo qualitativamente distinto do caráter fechado do sistema. Mas se, com base no intervencionismo e no planejamento em grande escala, o capitalismo tardio estaria livre da anarquia da produção de mercadorias e portanto não seria mais capitalismo, então é preciso responder que o destino social do indivíduo continua a ser, para este, tão dependente do acaso quanto sempre foi. O próprio modelo capitalista nunca teve uma vigência tão pura quanto a apologia liberal o supõe. Em Marx, isso já era crítica à ideologia: deveria expor quão pouco o conceito que a sociedade burguesa tecia sobre si mesma coincidia com a realidade. Não deixa de ser irônico que exatamente este motivo crítico, o de que o liberalismo, em seus melhores tempos, não era liberalismo, passe a ser hoje reciclado a favor da tese de que o capitalismo não seria mais propriamente capitalismo. (...) No intervencionismo a força de resistência do sistema (mas indiretamente também a teoria do colapso do sistema) se confirmou; seu *télos* é a passagem para a dominação independente do mecanismo do mercado.⁴³

Parece difícil, em vista dos elementos apresentados pelos textos, sustentar a interpretação de Martin Jay. Mesmo que se argumente que Horkheimer mais tarde mudará em muito sua posição, distanciando-se em muitos aspectos do ponto de vista exposto em “Estado Autoritário”, não se pode negar que a aproximação entre suas referências ao capitalismo de Estado e a concepção desenvolvida por Pollock é errônea. No caso de Adorno a distância com Pollock é ainda mais evidente, ficando ainda, como já apontamos, afastada a hipótese de uma formulação transicional, já que o texto é do final dos anos 60.

43 ADORNO, *Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?*, pp. 367-368.

Outras possibilidades

Mas antes de concluirmos, talvez valha a pena apontar ainda que, por outro lado, Jay parece fornecer uma pista interessante ao mencionar o que considera ser um ponto de proximidade entre Neumann e o “círculo interno”⁴⁴. Ocorre que um dos pontos centrais da análise que Neumann faz do nazismo está em que, para ele, o nazismo consistia também em um processo de dissolução do aparato jurídico-legal e, conseqüentemente, do aparato estatal desenvolvido pela burguesia, uma vez que, na linha das considerações tecidas por Marx no *Dezotoito brumário*, este aparato teria se tornado um estorvo para os interesses do poder econômico altamente concentrado, sendo mais conveniente para este último a decretação de um permanente estado de exceção⁴⁵. Deste modo, as formas de dominação estariam se tornando mais diretas, e este fenômeno seria objeto de preocupação tanto para Neumann quanto para Horkheimer e seu grupo, embora, para Jay, os diagnósticos a respeito fossem diferentes.

Ora, é possível que haja mais aqui do que parece à primeira vista. Sem que tenhamos que sustentar uma interpretação que simplesmente inverta a leitura tradicional, vale a pena notar que há alguns aspectos importantes, e bastante sugestivos, onde esta proximidade parece ir além da identificação do mesmo fenômeno. Para tanto, ao menos por agora, não precisamos recorrer a considerações que exigiriam demonstrações mais extensas e detalhadas⁴⁶. Podemos citar alguns exemplos mais diretos, como o reconhecimento tanto da natureza econômica quanto do caráter anônimo da dominação na sociedade con-

44 Cf. JAY, *La imaginación dialéctica*, p. 272.

45 Cf. NEUMANN, *Behemoth*, *passim*. Este aspecto do trabalho de Neumann foi, por muito tempo, relegado a um segundo plano, mas tem sido recuperado recentemente, em especial por William Scheuerman. Cf. principalmente SCHEUERMAN, *Between the Norm and the Exception*.

46 Tal seria o caso, por exemplo, da possibilidade de se ler a *Dialektik der Aufklärung* nesta mesma chave, ou seja, de interpretar a argumentação nela desenvolvida como consistindo, em parte, na consideração de que a razão, tendo se convertido de bandeira da burguesia no período iluminista em instrumento crítico mobilizado contra a burguesia, transformara-se em algo a ser combatido e denunciado por esta última, lançando-se mão, para tanto, de potencialidades autodestrutivas da própria razão. Contra estas tendências contemporâneas, cabia então identificar e compreender corretamente estas mesmas potencialidades tendo em vista, antes de tudo, sua superação. Cf. HORKHEIMER e ADORNO, *Dialektik der Aufklärung*, pp. 13-14.

temporânea por Adorno ainda em “Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial?”:

A dominação sobre seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico. Objeto disso já não são mais apenas as massas, mas também os mandantes e seus apêndices. De acordo com a antiga teoria, eles se tornaram, de modo acentuado, funções de seu próprio aparelho de produção. A muito discutida questão relativa à *managerial revolution*, referindo-se à suposta passagem do poder dos proprietários jurídicos para a burocracia, é uma questão secundária em relação a isso. Esse processo continua, tanto agora como antes, a produzir e reproduzir, mesmo que já não mais as classes do modo como elas estão apresentadas no *Germinal* de Zola, ao menos uma estrutura que o anti-socialista Nietzsche antecipou com a fórmula “nenhum pastor e um rebanho”. Nela se esconde, porém, o que ele não queria ver: a antiga opressão social, só que agora tornada anônima.⁴⁷

Ou ainda o trecho da análise dos discursos radiofônicos do pastor Martin Luther Thomas em que Adorno se refere à atitude anti-estatal do fascismo e, em nota, remete o leitor diretamente ao *Behemoth*:

O nacional-socialismo, em particular, assumiu uma atitude “anti-Estado”, e favorece conceitos tais como os de nação, povo, ou “partido”. O Estado é considerado meramente como um instrumento para a obtenção de certas posições de poder. Assim ele é privado de qualquer “objetividade” que pudesse salvaguardar aqueles que serão oprimidos.⁴⁸

47 ADORNO, *Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?*, p. 360.

48 ADORNO, *The Psychological Technique of Martin Luther Thomas' Radio Addresses*, pp. 97-98. Como aponta Scheuerman, “durante sua ligação com o Instituto de Pesquisa Social, Neumann se concentrou repetidamente nas vantagens dos modos legais desformalizados para os privilegiados e poderosos: onde as regras do jogo são obscuras e malformuladas são geralmente os valentões (*the biggest kids on the block*) que tirarão vantagem delas, e na esfera

Poderíamos apresentar ainda outras que vão na mesma direção, tiradas de outros textos. O que importa aqui, porém, é apenas indicar que há trechos importantes que não se coadunam com interpretações amplamente aceitas a respeito da Teoria Crítica, em especial no que diz respeito às interpretações do fascismo realizadas no interior do Instituto de Pesquisa Social. E isto mostra que há motivos para se reconsiderar algumas concepções mais ou menos estabelecidas sobre o desenvolvimento e o sentido da Teoria Crítica.

Between State Capitalism and Behemoth: the Institute for Social Research and the phenomenon of fascism

Abstract: According to a widespread reading, the Critical Theory developed at the Institute for Social Research in Frankfurt underwent a fundamental change in the early 1940s, a change which had the interpretation of Nazism by Friedrich Pollock as one of its main catalysts. Based on some texts by Horkheimer and Adorno, this article questions some aspects of that reading and tries to suggest some other possibilities.

da lei econômica e social (onde normas legais desformalizadas primeiro emergem e eventualmente ganham proeminência) isto significa que o setor central, ou monopolista, da economia está melhor posicionado para explorar a flexibilidade elogiada pelos defensores da regulamentação ‘soft’ pós-clássica. Conseqüentemente, é melhor para os estratos sociais subordinados se ater aos modos clássicos de lei formal”. SCHEUERMANN, *Between the Norm and the Exception*, p. 127. Nas palavras do próprio Neumann: “Padrões legais de conduta [i.e., normas desformalizadas] sevem aos monopolistas. (...) Não apenas a lei racional é desnecessária para ele, ela várias vezes é uma restrição ao total desenvolvimento de sua força produtiva ou, mais freqüentemente, às limitações que ele pode desejar; afinal, a lei racional também serve para proteger os fracos”. NEUMANN, *Behemoth*, pp. 446-447. Este ponto poderia ainda ser vinculado a um traço do fascismo destacado tanto por Neumann quanto por Adorno, a saber, a ausência, nele, de um corpo de teses que constituísse sua ideologia. Segundo Adorno, “um certo caráter vago com relação aos objetivos políticos é inerente ao próprio fascismo. Isto se deve em parte a sua natureza intrinsecamente não-teórica, e em parte ao fato de que seus seguidores serão traídos no final e que portanto os líderes devem evitar qualquer formulação a qual eles tivessem que se ater mais tarde. Deve-se notar também que em relação ao terror e a medidas repressivas o fascismo habitualmente vai além do que tinha anunciado. Totalitarismo significa não conhecer limites, nenhuma pausa para respirar, conquistar com dominação absoluta, completo extermínio do inimigo escolhido. Com relação a este significado da ‘dinâmica’ fascista, qualquer programa definido funcionaria como uma limitação, um tipo de garantia mesmo para o adversário. É essencial ao domínio totalitário que nada seja garantido, nenhum limite colocado à cruel arbitrariedade”. ADORNO, *Anti-Semitism and Fascist Propaganda*, pp. 399-400.

Key-words: Critical Theory – Nazism – Marxism – State Capitalism.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. “Anti-Semitism and Fascist Propaganda”. In: *Gesammelte Schriften*, 8.II. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1972.
- . “Fortschritt”. In: *Stichworte. Kritische Modelle 2*. In: *Gesammelte Schriften*, 10. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1977.
- . “The Psychological Technique of Martin Luther Thomas’ Radio Addresses”. In: *Gesammelte Schriften*, 9. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1975.
- . “Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?”. In: *Gesammelte Schriften*, 8.I. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1972.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BUCK-MORSS, S. *The Origin of Negative Dialectics: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin and the Frankfurt Institute*. Nova York: The Free Press, 1977.
- COOK, D. *The Culture Industry Revisited: Theodor W. Adorno on Mass Culture*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1996.
- JAY, M. *La Imaginación dialéctica: una historia de la Escuela de Frankfurt*. Madri: Taurus, 1989.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HORKHEIMER, M. “Autoritärer Staat”. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Walter Benjamin zum Gedächtnis*. (Mimeo). Nova York: Institut für Sozialforschung, 1942.
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. *Dialektik der Aufklärung*. In: *Gesammelte Schriften*, 3. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1981.
- KATZ, B. “The Criticism of Arms: the Frankfurt School goes to War”. *The Journal of Modern History*, vol. 59, n. 3, pp. 439-478, set. 1987.
- KELLNER, D. “Tecnologia, guerra e fascismo: Marcuse nos anos 40”. In: MARCUSE, H. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998, pp. 21-69.
- LOUREIRO, I. *A revolução alemã, 1918-1923*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

- NEUMANN, F. *Behemoth: the Structure and Practice of National Socialism 1933-1944*. Nova York: Harper & Row, 1966.
- POLLOCK, F. “State Capitalism: Its Possibilities and Limitations”. In: ARATO, A.; GEBHARDT, E. *The Essential Frankfurt School Reader*. Nova York: Continuum, 2002.
- SCHEUERMANN, W. *Between the Norm and the Exception: the Frankfurt School and the Rule of Law*. Cambridge: MIT, 1994.
- WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.